POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

ESTRUTURA Inema libera adequação em canteiro de obras da ponte até Itaparica

www.atarde.com.br/politica

KISS & FLY Secretário de Turismo da Bahia alerta para impacto econômico negativo da cobrança

Bruno Reis se omite e deixa Estado sozinho contra a taxa no aeroporto

RODRIGO TARDIO, BRENDA VIANA, ANDERSON RAMOS E REDAÇÃO

Raphael Muller / Ag. A TARDE

Cancelas do Kiss & Fly em operação no Aeroporto de Salvador: taxa de R$ 18 divide Prefeitura e Estado

O prefeito Bruno Reis (União Brasil) declarou ontem que o Município de Salvador não tem competência para intervir no sistema Kiss & Fly instalado no Aeroporto Internacional de Salvador — no mesmo dia em que o secretário estadual de Turismo, Maurício Bacelar, alertou publicamente que a cobrança pode prejudicar o turismo da capital e cobrou um posicionamento da Prefeitura. A contradição, produzida no mesmo dia e sobre o mesmo tema, expõe a omissão do Executivo municipal diante de uma disputa com impacto direto na economia da cidade.

A declaração de Reis ocorreu durante o lançamento do Programa IngreSSAr 2026. Questionado sobre a insatisfação de motoristas de aplicativo e usuários do terminal, o prefeito argumentou que, por se tratar de equipamento sob concessão federal, a competência para regulamentar o sistema cabe à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), e não ao Município.

"Quem tem que regulamentar isso é a ANAC. Se é devido ou não, se é possível ou não implantar qualquer tipo de organização interna", declarou Reis, acrescentando que a Câmara de Vereadores tem autonomia para votar o que julgar importante — mas sem sinalizar qualquer apoio à iniciativa legislativa que tramita no Legislativo local

A posição do prefeito contrasta diretamente com o alerta do secretário Bacelar, que demonstrou preocupação com o impacto econômico da medida. Para o chefe da Setur, a taxação ameaça conquistas concretas do Governo do Estado na área de turismo — a crescente movimentação do aeroporto, resultado da política de conectividade aérea implementada pela gestão estadual e da estruturação do destino Salvador como polo turístico nacional. A omissão de Reis, nesse quadro, deixa o Estado sozinho na defesa de uma agenda que beneficia diretamente a cidade.

"Essa é uma competência do Governo Municipal e nós temos observado com preocupação, porque entendemos que uma taxação como essa pode diminuir a crescente movimentação do nosso aeroporto, que tem sido feita por conta da conectividade aérea implementada pelo Estado, bem como também pela estruturação interna do destino que o Governo da Bahia tem feito", afirmou Bacelar em entrevista ao A TARDE.

A esquiva de Reis ocorre em meio a uma pressão crescente sobre a Prefeitura. De acordo com apuração do Grupo A TARDE, representantes da Vinci Airports, concessionária que administra o terminal, têm tentado, por meio do Executivo municipal, interpelar o Legislativo para que desista de votar o projeto que proíbe a cobrança.

A estratégia da concessionária passa por usar o silêncio do Executivo como sinal político para desestimular a votação — manobra que, segundo apuração do A TARDE, não tem surtido efeito entre os vereadores. O recuo do prefeito, ao repassar a responsabilidade à ANAC, oferece à Vinci exatamente o silêncio institucional de que a concessionária necessita para sustentar o sistema.

O sistema Kiss & Fly impõe tarifa de R$ 18 para motoristas que excederem 10 minutos na área de embarque e desembarque — medida que concentra críticas de entidades de motoristas de aplicativo, juristas e membros da sociedade civil, que avaliam o tempo como insuficiente para o fluxo real de passageiros do terminal.

Vinci pressiona Prefeitura para barrar iniciativas de vereadores sobre a taxa

Vereadores unem projetos e resistem a pressões

GABRIELA ARAÚJO

Mesmo diante da pressão da Vinci Airports para esvaziar o debate municipal, os vereadores Carlos Muniz (PSDB), presidente da Câmara, e Daniel Alves, do mesmo partido, fundiram seus projetos para ampliar a força da iniciativa que pretende barrar o Kiss & Fly no Aeroporto de Salvador.

Para Alves, a medida da concessionária é um abuso. "Eles transformaram um lugar público em um estacionamento. Acham que são donos e podem fazer qualquer coisa", afirmou o vereador ao A TARDE ontem. O parlamentar apontou ainda que a competência para organizar veículos e o trânsito na área cabe à Superintendência de Trânsito de Salvador (Transalvador), não à concessionária privada.

Os projetos têm focos complementares. O de Muniz busca impedir que empresas imponham cobranças em áreas essenciais de circulação, protegendo o direito de ir e vir do cidadão. O de Alves vai além e proíbe explicitamente a instalação de cancelas e a cobrança de tarifas para acesso de veículos às áreas de embarque e desembarque em terminais de transporte da capital.

A votação do texto unificado estava prevista para a última quarta-feira, mas não ocorreu por ausência de Muniz no plenário. Na terça-feira, o CEO da Vinci Airports, Júlio Ribas, havia tentado antecipar o desfecho ao classificar a iniciativa como "oportunismo" — declaração que não intimidou os parlamentares. Segundo apuração de A TARDE, há articulação entre líderes de governo e oposição para que a votação ocorra na semana que vem.

ORÇAMENTO

Jerônimo projeta receita de R$ 85,6 bi e mira crescimento acima da média

DA REDAÇÃO

José Simões / Ag. A TARDE

O governador Jerônimo encaminhou à Assembleia Legislativa o PLDO de 2027

O governador Jerônimo Rodrigues (PT) encaminhou ontem à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, com previsão de receita total de R$ 85,6 bilhões e projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) baiano de 2% — acima da média nacional de 1,8% estimada pelo Boletim Focus do Banco Central.

"A continuidade dos aportes públicos em infraestrutura, mobilidade e logística é determinante para ampliar a competitividade estadual. Nesse contexto, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em parceria com o Governo Federal, deverá beneficiar o estado ao promover a expansão da infraestrutura nos próximos anos", afirmou Jerônimo na mensagem encaminhada ao Legislativo.

Para 2028 e 2029, a expectativa é de manutenção do crescimento acima de 2%, impulsionado pelos setores de serviços, indústria, infraestrutura e agronegócio, conforme projeções da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), vinculada à Secretaria do Planejamento.

O desempenho projetado reflete, segundo o governo, a continuidade dos investimentos estaduais mesmo diante de um cenário macroeconômico nacional incerto e desafiador.

Entre as prioridades para 2027 estão saúde, educação, segurança pública, mobilidade urbana, infraestrutura hídrica, saneamento, habitação e inclusão social. Na área de políticas sociais, o PLDO contempla iniciativas como o Bolsa Presença, o Programa Mais Futuro, a educação em tempo integral, a construção de unidades hospitalares e básicas de saúde, o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social e as Casas da Mulher Baiana.

Infraestrutura

Na infraestrutura, os projetos estruturantes incluem a Ponte Salvador-Itaparica, o VLT de Salvador, o Tramo 4 do Metrô, a ampliação do Aeroporto de Barreiras e obras rodoviárias em diferentes regiões do estado. O PLDO prevê ainda investimentos em transição energética, inovação e conectividade digital.

Aprovada pela Alba, a LDO servirá de base para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, instrumento que definirá a distribuição dos recursos públicos estaduais no próximo exercício financeiro.

OBSTRUÇÃO

Moraes vota para tornar réu o trio do caso Marielle

ANDRÉ RICHTER
Agência Brasil, Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, votou para tornar réus o ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa, o delegado Giniton Lages e o comissário Marco Antonio de Barros, acusados pela PGR de obstruir as investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, mortos em 2018.

Segundo a procuradoria, os três destruíram provas, incriminaram inocentes, usaram testemunhas falsas e realizaram diligências desnecessárias para garantir a impunidade dos mandantes e executores do crime. "Há indícios mínimos de autoria e materialidade de que Rivaldo Barbosa, em conluio com Giniton Lages e Marco Antônio de Barros obstruíram as investigações correlatas aos referidos homicídios", afirmou Moraes.

A votação, na Primeira Turma do STF, fica aberta até 22 de maio. As defesas pedem rejeição da denúncia: alegam falta de provas, ausência de foro privilegiado para Giniton e destacam que o trabalho policial resultou na prisão do executor Ronnie Lessa.

EMBATE

PGR denuncia Zema por calúnia contra Gilmar Mendes

ANDRÉ RICHTER
Agência Brasil, Brasília

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelo crime de calúnia contra o ministro do STF Gilmar Mendes.

A denúncia faz menção a uma série de vídeos publicados por Zema em suas redes sociais, intitulados "Os intocáveis", com sátiras que relacionam Mendes e outros ministros da Corte ao caso do Banco Master.

Zema é pré-candidato à presidência da República e passou a trocar farpas com Gilmar após uma entrevista concedida pelo ministro à imprensa.

Além de criticar os vídeos, Mendes caçoou do sotaque do político e disse que ele "governou Minas com liminares do STF", referindo-se a decisões que suspenderam o pagamento da dívida do estado com a União. No auge do embate, Gilmar pediu a inclusão de Zema no inquérito das Fake News, relatado por Alexandre de Moraes.

Em nota, Zema declarou que "intocáveis não aceitam críticas" e que não vai "recuar um milímetro".